

RACIONALIDADE URBANO INDUSTRIAL: A ÚNICA POSSÍVEL ?

Cleide Lavoratti¹

RESUMO

A agricultura familiar, no Brasil, é um setor que, desde a colonização do território, época em que priorizou-se a grande propriedade e a monocultura de exportação, vem enfrentando dificuldades, construídas historicamente, quanto à sua reprodução. As políticas de créditos, incentivos e modernização da agricultura brasileira, também excluíram esse segmento dos “avanços tecnológicos” que possibilitariam o seu desenvolvimento. Consequentemente, em muitas regiões, a agricultura familiar restringiu-se à produção de subsistência. Frente a esse contexto de exclusão, acirrado pelo processo de modernização agrícola, a partir da década de 70, no Brasil, ocorre uma redução significativa de pequenos estabelecimentos agrícolas, que não conseguiam concorrer com a produção mecanizada e especializada das grandes propriedades modernizadas; como também da população ocupada no meio rural, visto a liberação da mão-de-obra trazida pela mecanização agrícola no campo. As análises sobre a pequena produção no país (e não só nele), a partir das transformações capitalistas no campo e, referendadas em categorias de análises dentro de uma **racionalidade urbana-industrial**, postulavam o desaparecimento desse segmento de agricultores no Brasil. No entanto, mesmo com os *bloqueios* que, historicamente, dificultaram a reprodução de pequenos agricultores familiares no Brasil, estes, continuam se reproduzindo e enfrentando os obstáculos através de estratégias que, mesmo em um contexto já determinado em certos aspectos, permitem a reprodução familiar e a reprodução da unidade produtiva. O presente trabalho, buscará apontar portanto, algumas discussões que giram em torno da temática “**racionalidade**”, para que, através delas possamos realizar uma primeira aproximação com uma das categorias essenciais que ajudarão na compreensão do objeto de estudo que refere-se à **racionalidade específica do agricultor** familiar do distrito rural de Itaococa - Município de Ponta Grossa (PR), de suas estratégias de reprodução de um modo de vida peculiar, em um contexto em que vários fatores (ambientais, sócio-

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR.
Email: lavoratti@uepg.br.

econômicos, políticos e sociais) aparecem como bloqueios a esta reprodução.

PALAVRAS-CHAVE

racionalidade urbano-industrial, agricultura familiar, estratégias de reprodução

E tudo de repente se altera num ritmo veloz: a natureza passa a ser segunda em substituição a primeira, pela conquista e domínio dos homens; o desenvolvimento das técnicas e da ciência tomam impulso nunca antes vistos; os espaços se ampliam e se inter cruzam, encurtando as distâncias; os ritmos de tempo numa pulsação frenética produzem a aceleração da história. E tudo parece caminhar numa velocidade cada vez maior, num fluxo encumensurável - sem fim -, onde ser moderno é finalmente poder alcançar a história adentrando-se a máquina do tempo. E tudo passa, deixando tudo para traz... **Será?** (CUNHA, 1997, p.01)

Introdução

A racionalidade, sendo uma categoria ontológica², está presente em todos os setores da vida humana e adquiriu diversos e divergentes significados durante a história. Portanto, não se dá a conhecer em suas determinações filosóficas e em seu conteúdo ideológico sem que para isso seja compreendido os contextos sócio-políticos e culturais do surgimento dos sistemas teóricos que sustentaram um determinado entendimento da mesma, visto que “entendemos que a racionalidade não se coloca apenas no horizonte teórico dos homens, mas gesta-se e recria-se na história real.” (GUERRA, 1995, p.43).

Sem a pretensão de realizar uma abordagem lingüística dos significados que o termo comporta, muito menos de aprofundar detalhadamente os contextos históricos, este trabalho buscará identifi-

² Entendemos que a razão faz parte da essência humana, pois através da atividade cognitiva é que o homem vai objetivando-se enquanto ser social. Nesse sentido, “ O conhecimento pela via da razão opõe-se ao conhecimento imediato; pressupõe a síntese de elementos contraditórios, numa relação de continuidades e rupturas, mas que mantêm um núcleo imanente, sua essência ou substância. ” (GUERRA, 1995 p. 44).

car as conseqüências ideológicas do tipo de concepção adotada no modo de pensar dos homens e nas estruturas sociais que condicionam (em parte), a vida dos mesmos. Através de um breve resgate do pensamento de alguns autores, que foram marcos na trajetória da construção teórica da categoria racionalidade, buscaremos compreender a contribuição de elementos constitutivos da teoria dos mesmos e os momentos de ruptura ou de continuidade com o pensamento hegemônico de um dado contexto histórico. Pois, “Captar as determinações lógicas e ontológicas da categoria “racionalidade” implica não apenas estabelecer o confronto entre os conteúdos e significados que adquire na história, como sua vinculação ideológica, uma vez que não há palavras vazias de conteúdo, tampouco isentas de um significado ideológico...” (GUERRA, 1995, p. 43).

As implicações práticas de certas elaborações teórico-científicas não podem ser desvinculadas de uma reflexão filosófica acerca da utilização da ciência para o desenvolvimento social, pois conforme Kuhn, citado por ALEXANDER (1987) somente nas chamadas “crise dos paradigmas”³ “...é que ocorre uma volta à filosofia e ao debate sobre os fundamentos”, o que não ocorre com tanta freqüência nos outros períodos da ciência, onde acredita-se que as teorias explicativas são suficientes para resolver os problemas da sociedade e onde há uma “...tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites pré-estabelecidos e relativamente flexíveis fornecidos pelo paradigma.”(1987, p.45)

No entanto, sendo a razão o princípio norteador da ciência, esta não pode ser compreendida estante as suas implicações sociais, muito menos ter a ilusão da neutralidade axiológica na produção de “verdades” científicas, visto que, segundo MORIN (1994) o conhecimento científico não pode se construir fora de um contexto sócio-econômico que lhe propicie condições para uma dada apreensão do real. Apreensão esta, que será parcial (por privilegiar um aspecto da realidade,) e será provisória , devido ao próprio caráter dialético do real, ou seja, seu constante movimento.

³Segundo IANNI, a “... noção de paradigma compreende uma teoria básica, uma fórmula epistemológica geral, um modo coerente de interpretar ou um princípio explicativo fundamental.” (1990, p.90) Em relação a crise de paradigma, segundo o autor, “Considera-se que os conceitos formulados pelos clássicos já não respondem às novas realidades. Agora, o objeto da sociologia deveria ser o indivíduo, ator social, ação social, movimento social, identidade, diferença, cotidiano, escolha racional.”(1990, p.97)

Sendo assim, os produtos da ciência gestam-se em determinados contextos históricos e são influenciados pela situação social vigente neles, "... porque a razão mesma não é nem pode ser algo que brota acima do desenvolvimento social, algo neutro ou imparcial, senão que reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência do desenvolvimento, dando-lhe clareza conceitual e, portanto, impulsionando-a e entorpecendo-a". (LUKÁCS, 1968b, p.5 in GUERRA, 1995, p. 43).

O presente trabalho, portanto, intenciona compreender a **racionalidade específica do agricultor familiar do distrito rural de Itaiacoca** - município de Ponta Grossa (PR), à luz do referencial teórico apresentado na primeira parte do mesmo mas, sob a mediação da concretude da realidade de exclusão social em que se encontram os sujeitos desta pesquisa.

1. Algumas considerações sobre a categoria racionalidade

As transformações sócio-econômica e culturais ocorridas na Europa em decorrência do Iluminismo, da Reforma Religiosa, da Revolução Francesa e posteriormente da Revolução Industrial, fizeram ruir as bases de um passado dominado por tradições, misticismo e pelo poder da religião.

"O desenvolvimento da ciência ocidental nos séculos XVI e XVII, constitui uma procura de racionalidade (por oposição às explicações mitológicas e às revelações religiosas), mas aparece também como uma ruptura com a racionalização aristotelo-escolástica, por afirmação do primado da experiência sobre a coerência" (MORIN, 1994, p.121)

O progresso da ciência buscou instituir uma racionalidade que prega, como um dos fundamentos do Iluminismo a emancipação humana, pelo "...saber empiricamente fundado e verificado" (MORIN, 1994, p.124) e pelo exercício da liberdade dos homens através de sua vontade racional.

"Desse modo, o ideal Iluminista, (...) comparece em Kant como o processo de emancipação humana, ou seja, o movimento que a razão desencadeia ao buscar a sua liberação da tutela de outrem.(...). A racionalidade consiste na conquista do progresso pelo homem rumo a

sua maioria. É no dever que se manifesta a racionalidade do homem, no seu limite.” (GUERRA, 1995, p.49).

A partir daí, a ideologia racionalizadora passa a ser incorporada em todos os aspectos da vida humana e nas formas de organização social. “A razão torna-se o grande mito unificador do prazer da ética e da política. Há que se viver segundo a razão, isto é, repudiar os apelos da paixão, da fé; e, como no princípio de razão há o princípio de economia, a vida segundo a razão é conforme com os princípios utilitários da economia burguesa. Mas também a sociedade exige ser organizada segundo a razão, isto é, segundo a ordem, harmonia. (MORIN, 1994, p.122)

Com o desenvolvimento de técnicas que permitiam aumentar a produção capitalista, novos processos racionalizadores foram sendo aplicados às indústrias e “assim o economismo torna-se ideologia racionalizadora. Tudo aquilo que na história humana, é “ruído e furor”, tudo aquilo que resiste à redução passa pela trituradora do princípio de economia-eficácia.” (MORIN, 1994, p.123).

Nesse sentido, a trajetória histórica do racionalismo não ocorreu apenas um processo de emancipação⁴ e libertação dos homens do jugo dos dogmas religiosos, mas também “...o desenvolvimento econômico-tecnoburocrático das sociedades ocidentais tende a instituir uma racionalização “instrumental”, onde eficácia e rendimento parecem trazer a realização da racionalidade social. A partir daí, a “sociedade industrial” aparece como sinônimo de racionalidade em relação às outras sociedades consideradas como infra-rationais. (MORIN, 1994, p.123)

Juntamente com a razão humanista que pregava o respeito ao ser humano como sujeito livre e racional, vai se desenvolvendo uma **racionalização da vida**⁵ social, prática e cotidiana e os ideais de

⁴ “O racionalismo das luzes era humanista, ou seja, associava sincreticamente o respeito e o culto do homem, ser livre racional sujeito do universo, e a ideologia de um universo integralmente racional. Assim, esse racionalismo humanista apresentou-se como uma ideologia de emancipação e de progresso.” (MORIN, 1994, p.124)

⁵ Segundo HABERMAS, este conceito pode ser entendido como “... la ampliación de los ámbitos sociales que quedan sometidos a los criterios de la decisión racional. Paralelamente a esto corre (...) la industrialización del trabajo social, con la consecuencia de que los criterios de la acción instrumental penetran también en otros ámbitos de la vida (...). en los dos casos se trata de la implantación del tipo de acción que es la racional con respecto a fines (...). La progresiva “racionalización” de la sociedad depende de la institucionalización del progreso científico y técnico. En la medida en que la ciencia y la técnica penetran en los ámbitos institucionales de la sociedad, transformando de este modo a las instituciones mismas, empiezan a desmoronarse las viejas legitimaciones.” (1986, p.3-54)

liberdade, igualdade e fraternidade difundidos pela Revolução Francesa, são substituídos pela busca do **lucro** por parte de uma classe social, não estendendo os benefícios dos avanços técnico-científicos, nem sendo acessível o ideário de emancipação a todos os homens. Ao contrário, segundo HABERMAS (1986) o próprio processo de racionalização da sociedade e conseqüentemente dos homens, depende da institucionalização do progresso científico e técnico.

A racionalização começou por considerar o trabalhador, não como uma pessoa, mas como uma força física de trabalho. No interior da empresa, as primeiras racionalizações do trabalho foram decomposições puramente físicas e mecânicas dos gestos eficazes ignorando voluntária e sistematicamente o trabalhador (...) a indústria, a urbanização, a burocratização, a tecnologização se efetuaram segundo as regras e os princípios da racionalização, ou seja, a manipulação social a manipulação dos indivíduos tratados como coisas em proveito dos princípios de ordem, de economia de eficácia. (MORIN, 1994, p.125)

Na virada do século XVIII, com a preocupação de explicar os processos sociais que gestavam uma nova ordem sócio-econômica, política e cultural, ocorre a distinção entre as ciências naturais e as ciências sociais e a Sociologia surge como uma ciência autônoma. Vários autores no interior da ciências sociais adotam o paradigma da racionalidade formal como um dos fundamentos explicativos da sociedade.

Ao pensamento de Émile Durkheim (1858-1917), uma das figuras mais expressivas do positivismo pode ser tributada a institucionalização do paradigma da racionalidade formal na análise das estruturas sociais, na medida em que suas concepções teóricas e metodológicas encerram a pretensão, não apenas de estabelecer uma explicação totalizadora da sociedade, mas, sobre tudo, de orientar uma programática de ação sobre a sociedade. (GUERRA, 1995, p.57).

Do legado de Durkheim, que comunga de algumas concepções de Auguste Comte encontramos a idéia de uma ciência voltada para o estudo dos "fatos sociais"⁶, que devem ser vistos como "coi-

⁶ Para DURKHEIM, fato social "... consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem."(1974:3), ou seja, "o fato social é reconhecível pelo poder de coerção externa que exerce ou é suscetível de exercer sobre os indivíduos..."(1974, p.8)

sa”⁷. Sendo que a “...referência de Durkheim está na anterioridade, superioridade e exterioridade dos fatos sociais frente aos indivíduos. As implicações dessa forma de conceber a realidade refletem na sua programática de intervenção na sociedade.” (GUERRA, 1995, p.61).

Para o autor são muitos os “...limites sob os quais a ação dos homens circunscrevem-se diante do poder que as **coisas** exercem, dado as potencialidades que tem em si mesmas, (...) o progresso, as mudanças e as transformações sociais resultam de causas naturais, ou seja, das propriedades que se fundamentam na natureza da sociedade ou (...), do meio social, este, “fator determinante da evolução coletiva”. (cf DURKHEIN, in GUERRA, 1995, p.61).

Ao naturalizar o processo histórico, Durkheim acaba transformando a socialidade dos homens em produto de uma evolução natural, ou seja, como resultado da coação das instituições (já legitimadas) aos indivíduos para manter a ordem social, através da disciplina e da solidariedade entre os homens. “Aqui, a solidariedade, eixo de articulação da programática de intervenção proposta por Durkheim, que tem seu substrato nas formas de vida pré-capitalistas, é transformada em mecanismo de controle ideológico das sociedades capitalistas.” (GUERRA, 1995, p.63).

Durkheim combina o racionalismo capitalista com valores e princípios de ordem sociais anteriores onde o contexto sócio-econômico permitiu o desenvolvimento de certos princípios e a existência de relações pessoais. “Entretanto, nas sociedades onde a divisão especializada do trabalho é acentuada, o peso das representações coletivas perde ponderação em face da liberdade de os indivíduos expressarem-se em funções especiais.” (ibidem, p.62)

Essas funções delegadas aos homens, acabam parcelando suas atividades e, conseqüentemente o processo cognitivo que empregavam para realizá-las. Nesse sentido, cada trabalhador passa a dominar apenas uma parte do saber necessário à produção e a vinculação com o objeto que produz é fragilizada. Segundo Marx, este processo é uma das formas de alienação e coisificação do homem, pois, “numa sociedade onde todas as coisas (materiais e imateriais), os frutos do trabalho, o corpo, o riso, a lágrima, o sexo, a poesia, a

⁷Por coisa, DURKHEIN entende “tudo o que é dado, que se oferece ou antes se impõe à observação.” (1974, p. 24).

canção, o olhar..., já se tornaram ou estão prestes a se tornar mercadorias, as relações entre os indivíduos são 'coisificadas' e, ao contrário, as relações entre as mercadorias é que adquirem 'personificação'." (MARX, 1975, p.79)

Assim, lembrando que o conhecimento gesta-se em determinadas condições sócio-econômicas e são por elas influenciadas, Durkheim ao elaborar sua teoria "...no cenário marcado pela passagem lenta e gradual do capitalismo concorrencial ao dos monopólios, na França..." (GUERRA, 1995, p.56) acaba fundando um paradigma de racionalidade adequado a sociedade capitalista, visto que o próprio capitalismo é apontado como um "...fato social, decorrência natural de progresso." (ibidem, p.63)

A própria concepção de progresso carrega um forte apelo ideológico e modernizador, onde tudo aquilo que não se insere na lógica mercantil (dominante), é atrasado, retrogrado e/ou selvagem.

Graças ao seu caráter um pouco fluido e a seus objetivos humanistas, o termo desenvolvimento⁸ se beneficia de uma conotação positiva, de pré-julgamento favorável: ele seria em si um bem, e, "se desenvolver" seria forçosamente se dirigir na direção do *mais* e do *melhor*. A analogia com o desenvolvimento dos organismos biológicos aparecem claramente: se desenvolver é crescer, difundir potencialidades para atingir a maturidade. (ALMEIDA, 1995, p. 3)

Podemos perceber que a concepção de desenvolvimento acaba resgatando, ao menos teoricamente os ideais kantianos quanto a emancipação e libertação dos homens através do princípio da universalidade do racionalismo.

A universalidade aparece então como a camuflagem ideológica de uma visão limitada e parcial do mundo e de uma prática conquistadora, destruidora das culturas não ocidentais. A partir daí, a razão do século XVIII aparece não só como força de emancipação universal mas também com o princípio justificando a subjugação operada por uma economia, uma sociedade, uma civilização sobre as outras. (MORIN, 1994, p.127)

Com as transformações desencadeadas no mundo moderno

⁸ "É dentro do liberalismo que o termo desenvolvimento substitui o termo *progresso*, que vigorou até a década de 30 com muita força, associado a uma outra noção que é a de *crecimento*". (ALMEIDA, 1995, p.2)

pela ciência, pelas artes e pelo novo modo de produção econômico, o ritmo das mudanças aceleram-se e é nesse processo de mudanças devastadoras, que "...a tradição é vista como elemento do passado que tende inexoravelmente a desaparecer no confronto com a modernidade ou a ela se subordinar." (CUNHA, 1997, p.37); como se a história fosse feita apenas de rupturas que caminham num sentido progressivo e ascendente.

Do ângulo da razão evolucionária que perpassa o pensamento social moderno, "tradição e modernidade" são vistas numa perspectiva linear, como estados ou momentos sucessivos do processo histórico, como se a modernidade se traduzisse necessariamente em avanço - estágio superior da vida humana. Em contrapartida, as chamadas formas tradicionais de produção são concebidas como atrasadas estacionárias, pertencentes a uma fase evolutiva superada historicamente pelos "avanço" da modernidade. (CUNHA, 1997, p.02)

Assim, o paradigma da racionalidade instrumental, ajuda a formar no imaginário coletivo da sociedade, a crença de que a noção de desenvolvimento está necessariamente associada a noção de técnicas e porque não dizer técnicas científicas postas a serviço da produção capitalista. Enquanto "O conceito de tradição insere-se na ordem da natureza, como se o primitivo estivesse na condição de atraso por estar próximo a natureza ou a ela submetido(...) o conceito de desenvolvimento inclui-se na ordem da cultura, representando o avanço tecnológico, as conquistas científicas - o domínio da natureza alcançado pela racionalidade industrial" (CUNHA, 1997, p.07)

WEBER (1864-1920) tenta explicar as origens do Capitalismo e a forma racional da organização capitalista, na sua obra mais conhecida, a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905), onde toma como conceito de racionalidade capitalista, a definição de provisão das necessidades humanas, pelo método da empresa, via de lucro. Esse conceito no entanto, tem diferentes sentidos: o sentido de calculabilidade e uso da tecnologia; dos componentes deste novo modo de produção que seria a apropriação de todos os meios de produção; a tecnologia reduzida ao cálculo quantificado com o objetivo de reduzir custos, a exigência do trabalho livre; um mercado sem barreiras irracionais, ou seja, não restrito.

Sua racionalidade decorre atualmente da maneira direta da calculabilidade precisa de seus fatores técnicos mais importantes.

Implica isso (...) numa dependência da ciência ocidental, notadamente das ciências matemáticas e das experimentalmente exatas ciências da natureza. O desenvolvimento de tais ciências e das técnicas baseadas nelas por sua vez, receberam e recebem importantes impulsos dos interesses capitalistas ligados à sua aplicação prática na economia. (WEBER, 1967, p.10)

O tema central da análise de WEBER é a cadeia causal entre os elementos que originaram essa racionalidade: tipo de organização de trabalho; leis que, garantidas pelo Estado, pudessem fornecer condições favoráveis ao comércio; enfim, uma série de condições que ocorreram foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. A simples acumulação de riquezas não é condição essencial para a existência do mesmo. Weber tenta mostrar que são múltiplas as determinações das origens do capitalismo e que não se restringe a análise das questões econômicas, mas culturais, religiosas e morais.

Os representantes da Escola de Frankfurt (Adorno, Marcuse, Benjamin, Habermas, Horkheimer, dentre outros), a partir da década de vinte na Alemanha e, posteriormente, nos Estados Unidos retomam a crítica a racionalidade capitalista,

cujo cerne das discussões localiza-se na denúncia dos valores individualistas cultuados pelas sociedades urbano-industriais, da massificação da indústria cultural e da racionalidade instrumental das correntes positivistas. Propõe uma reflexão radical, tanto no que se refere à utilização das ciências e das técnicas que são colocadas à serviço da reprodução/valorização do capital, quanto ao mito da neutralidade axiológica no processo de conhecimento. (GUERRA, 1995, p.69)

Embora o paradigma da racionalidade formal ainda seja hegemônico, segundo GUERRA (1995), ele não é o único modelo de racionalidade presente nas sociedades capitalistas, como também não é exclusividade desta, visto que em algumas das sociedades onde instaurou-se o socialismo real, este modelo se fez presente, embora de forma eclética e adaptada.

Esses autores proclamam um outro tipo de racionalidade possível: "A racionalidade dada pela razão dialética que é a síntese de procedimentos ativos e intelectivos e torna-se um adjetivo da razão que desaliena, desmistifica, nega o dado na sua aparência e é capaz de engendrar ações que ultrapassem a dimensão manipulatória e instrumental." (GUERRA, 1995 p. 44)

Nesse sentido, MORIN (1994) alerta que a razão, embora sendo um fenômeno evolutivo, "... não progride de forma contínua e linear, como julgava o antigo racionalismo, mas por mutações e reorganizações profundas." (MORIN, 1994, p.129)

Segundo MERLEAU PONTY, citado por MORIN (1994) para podermos criar uma razão diferente daquela instituída pela sociedade capitalista "... a tarefa é alargar a nossa razão para torná-la capaz de compreender aquilo que, em nós e nos outros, precede e excede a razão". (1994, p.130)

Para compreendermos a reprodução de agricultores familiares do distrito rural de Itaiacoca - Município de Ponta Grossa - PR, (região em que se desenvolveu o estudo), foi "...necessário apreender o tradicional e o moderno em sua diversidade e dinamicidade, o que significa pensar as diferentes formas de história em movimento pois tal qual como sociedades modernas, as sociedades da tradição não são estacionárias, nem imutáveis, além disso, é fundamental considerar que os processos de mudança não caminham em uma única direção, contemplando um leque aberto e variável de possibilidades." (CUNHA, 1997, p.24)

Tendo em vista a complexidade dos fenômenos, das relações que se estabelecem e entendendo que "...toda prática humana combina uma dimensão objetiva e uma dimensão das representações [...] uma prática não possui somente um valor instrumental, mas é também a expressão de uma imagem, a representação da realidade" (RAYNAUT, 1994, p.83) portanto, a utilização de teorias que permitam uma análise macro como microsociológica torna-se necessária para abordar o objeto de estudo em questão. O que não quer dizer que se permita um ecletismo metodológico, ou seja, a junção de categorias e conceitos contraditórios tanto no seu sentido explicativo, como ideológico. No entanto,

Não há mais lugar para uma abordagem simplista, seja ela naturalista, ecológica ou sóciopolítica. Para se tentar entender os processos de transformação que (...) abrange qualquer sociedade rural em transição a questão tem que ser abordada através de modelos analíticos complexos, que rejeitam interpretações lineares e unificadas que sejam capazes de considerar um sistema global de interações onde se combinam as restrições naturais, as forças do mercado, as práticas técnicas e as relações sociais e/ou simbólicas. (RAYNAUT, 1994, p.82)

Segundo HABERMAS, devemos sempre nos colocar "...à procura dos vestígios de uma razão que conduza, sem apagar as distâncias, que una, sem reduzir o que é distinto no mesmo denominador, que entre estranhos torne reconhecível o que é comum, mas deixe ao outro a sua alteridade." (1993, p. 112)

Compreendendo que a agricultura familiar sendo um segmento que, embora perpassado pelo processo racionalizador da modernização agrícola, conseguiu se manter devido , "... sua capacidade para incorporar intervenções externas, nutrindo sua própria dinâmica interior, ao interpretá-las e adaptá-las aos seus próprios processos de mudança. Seja do ponto de vista técnico ou das relações sociais, essas sociedades de maneira nenhuma devem ser vistas como instrumentos passivos de forças externas. Elas também contribuem para seu próprio desenvolvimento...." (RAYNAUT , 1994, p.82)

Dessa forma entendemos que, embora de uma forma diferente da racionalidade econômica, a racionalidade do agricultor está presente na forma como organiza sua unidade produtiva e que,

... a 'racionalidade camponesa' pode persistir nos contextos de predominância da sociedade urbano-industrial desde que ela não seja percebida como um modelo cristalizado, uniforme e a-histórico, no sentido de uma cultura específica e universal, mas no sentido de uma visão de mundo pautada em relações sociais específicas e que se expressam ativamente, de forma a transformar e a recriar o seu mundo social e natural . (CARNEIRO, 1997, p.183)

Enfim, gostaríamos de identificar a relevância dessas e demais questões no processo de modernização econômica do país e as disparidades em que a realidade concreta se apresenta, para que possamos compreender com maior clareza os elementos de mudanças e manutenção de estruturas sócio-econômicas e agrícolas, a partir das estratégias utilizadas pelos agricultores para sua reprodução social, frente as limitações presentes na região estudada e a visão dos sujeitos envolvidos a respeito desse processo.

⁹ "Estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração.(...) o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço de trabalho (muitas vezes a própria exploração familiar), sem que isso se torne técnica e economicamente inviável." (BRUMER apud LAMARCHE, 1993,p.:205)

Realizamos em 1998 uma pesquisa de campo com agricultores familiares de um distrito rural do município de Ponta Grossa - PR, que forneceu dados para a elaboração de nossa Dissertação de Mestrado em Sociologia¹⁰. O presente trabalho portanto, faz parte das reflexões contidas nesta.

2 - A racionalidade específica do agricultor familiar

2.1 - O contexto da pesquisa

A região sul¹¹ do distrito de Itaiacoca (onde se desenvolveu mais especificamente o presente trabalho) localiza-se a 40 km da sede do município e constitui-se em uma unidade completamente separada de Ponta Grossa e, também, distinta do restante do distrito, tanto sua realidade geográfica como geológica. É Itaiacoca Sul, "região de topografia acidentada, de reflorestamento de pinus *elliotti* entremeados por comunidades, que vivem da agricultura de subsistência, que se apresenta como a maior fonte de êxodo rural no município" (UEPG-1995).

Até o início da década de 70, a agricultura e a mineração constituíam as únicas atividades produtivas do distrito. Itaiacoca desempenhava inclusive um papel considerável na produção de alimentos para a cidade de Ponta Grossa. A partir desse período, instalaram-se no distrito, empresas de reflorestamento estatais (Banestado) e privadas (Águia). Ao mesmo tempo em que ocorre um refluxo na atividade agrícola para o comércio: a introdução de técnicas modernas para o

¹⁰ LAVORATTI, Cleide. "A produção familiar enquanto unidade organizacional: estratégias de reprodução dos agricultores de Itaiacoca - Ponta Grossa/ PR" Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFPR, Curitiba, 1998

¹¹ O distrito é formado por 40 comunidades rurais. As comunidades da região sul de Itaiacoca são: Barra Grande, Barra Preta, Bela Vista, Caçador, Caetés, Carandá, Carazinho de Baixo, Carazinho de Cima, Cerradinho, Cerrado Grande, Cerrinho, Colônia Tapera, Conceição, Eleutério, Lavrinha, Mato Queimado, Mina São José, Passo do Pupo, Pinheiro Bonito, Serras, Sete Saltos de Baixo, Sete Saltos de Cima, Valentins, Vargem da Conceição e Roça Velha, sendo que, nesta última, realizou-se a pesquisa de campo.

cultivo de cereais nas antigas fazendas de gado dos Campos Gerais¹² acabou por fechar o mercado de Ponta Grossa aos produtos locais que, com técnicas rudimentares de cultivo, não conseguiam competir em qualidade e quantidade com a produção das grandes e médias propriedades mecanizadas localizadas em terrenos menos acidentados, tanto nas poucas áreas planas do distrito de Itaiacoca, como, principalmente, no restante do município.

Assim, a agricultura da maior parte das comunidades rurais do distrito adquire um caráter predominantemente de subsistência.

Segundo relatos de outros moradores, um dos maiores fatores que provocou o êxodo rural na região foi o processo de expulsão de famílias pelas reflorestadoras, através da compra das terras a preço irrisório que se deu, em primeiro lugar, pela falta de legalização das terras de muitos posseiros que, embora tendo ocupado o região há mais de um século (pois são descendentes dos primeiros colonizadores) não possuíam informações e condições efetivas para enfrentar as pressões dos novos compradores. Em segundo lugar, isso ocorre devido à depreciação do valor da terra e empobrecimento resultantes do refluxo do comércio dos produtos agrícolas do distrito.

Atualmente, grande parte da região é coberta pelo reflorestamento, que emprega parte da população mais jovem, apresentando-se como uma alternativa de renda complementar à agrícola, mas é concebido pelos moradores como a causa geradora de desequilíbrios naturais e sociais.

Também em meados da década de 70, outro fator se soma às transformações que estão ocorrendo na região: cria-se o Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC, ligado à Universidade Estadual de Ponta Grossa¹³ que, depois de um diagnóstico sócio-econômico da população local, instala-se na comunidade de Cerrado Grande, na região sul do distrito, onde realiza atendimento médi-

¹² Para aprofundar a história da região dos Campos Gerais, ver: CHAMA, Guisela V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder.** Ponta Grossa: [s.n.], 1988.; ELFES, Alberto. **Campos Gerais: estudo da colonização.** Curitiba: INCRA:, 1973.

¹³ O trabalho contaria com participação de acadêmicos de diversos cursos e professores, além de funcionários contratados pela Prefeitura. Na área social, realizavam-se, inicialmente, reuniões comunitárias educativas, sendo formados nesse período, diversos grupos. Alguns deles, permanecem em atividades até hoje, como grupos da terceira idade, o de gestantes, o de mães e associações de moradores em diversas comunidades.

co, farmacêutico e odontológico.

Alguns anos depois foi instalada, no distrito, uma rede de eletrificação rural, a partir da ajuda e pressão da própria universidade e das empresas de reflorestamento que pretendiam melhorar suas instalações.

A energia elétrica trouxe consigo o acesso a bens que começaram a influenciar novos costumes na população, como a televisão e a antena parabólica. O isolamento da vida rural começou a ser rompido. Em 1996, 80% da população já possuía energia e 37,12% dos domicílios possuíam televisão¹⁴.

Outros meios de comunicação, além do antigo rádio de pilha, passaram a fazer parte do cotidiano da população, como os telefones comunitários, que começaram a ser instalados em algumas localidades.

As escolas multisseriadas¹⁵ que existiam nas comunidades, são substituídas por duas escolas de 1º Grau, centralizadas nas comunidades de Cerrado Grande e Biscaia, que, juntamente com postos de saúde e o telefone, passaram a ser os centros de atendimento e referência para demais comunidades.

A atividade agrícola, com uma base técnica tradicional, abrange a maior parte da mão-de-obra desta região do distrito. Segundo dados do Diagnóstico sócio-econômico realizado na região sul de Itaiacoca em 1996/1997, 47,65% das pessoas se ocupavam com atividades agropecuárias.

No entanto, os pequenos produtores da região sul, sobrevivem em terras de aptidão marginal para uma agricultura de grande porte ou inapta para lavouras que necessitem de mecanização, e enfrentam grandes limitações do ecossistema para garantir sua sobrevivência e das futuras gerações e, nesse aspecto, compartilham do mesmo "bloqueio" natural que atinge grande parte desse segmento de agricultores no Brasil.

¹⁴ Diagnóstico Sócio-econômico da Região Sul de Itaiacoca - Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1996/97.

¹⁵ São escolas, onde numa mesma sala e mesmo período, reúnem-se crianças que estudam de 1ª a 4ª séries do 1º Grau, com apenas um professor.

Além do problema do êxodo rural, da realidade da agricultura rudimentar e de subsistência (milho, arroz, feijão, batata, mandioca, etc.) esta região apresenta grave ausência de infra-estrutura sanitária básica e localização de difícil acesso das comunidades rurais, o que demonstra o “abandono de que tem sido objeto por parte de todos os níveis de administração” (UEPG-1995). Diante desse quadro, as comunidades da região sul de Itaiacoca foram frequentemente palco de diversas ações pontuais e setorializadas de extensão rural e trabalho social de entidades como a Emater, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e, mais recentemente, a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. No entanto, por serem ações pouco abrangentes, não articuladas entre si e descontínuas, além de pouco permeáveis a uma busca de efetiva compreensão da racionalidade da agricultura familiar local, acabam não atingindo os objetivos a que se propuseram inicialmente: a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região.

A comunidade de Roça Velha foi selecionada para fins deste estudo, como ilustradora da região sul de Itaiacoca. Como nas demais comunidades desta região, apresenta declives predominantemente montanhosos e fortemente ondulados e baixa fertilidade do solo.

Quanto à infra-estrutura, no que se refere às condições de acesso às comunidades, devido a precária conservação das estradas, a falta de transportes e a ausência de serviços essenciais de comunicação (telefone), bem como a distância dos centros urbanos, acabam isolando os produtores tanto do mercado consumidor, como do acesso aos bens e serviços públicos, como posto de saúde, escolas, hospitais.

Roça Velha é uma comunidade totalmente voltada para a agropecuária, assim como as demais comunidades da região sul de Itaiacoca. Segundo o IAPAR/EMATER, as áreas de lavouras são conduzidas de forma rotativa, onde sempre se busca terras mais férteis para o plantio e, em geral são cultivados produtos “não mecanizados, de subsistência (milho, feijão, mandioca,...) com pouca ou nenhuma utilização de insumos, [...] sem manejo de pragas, doenças e ervas daninhas, além de, na sua maioria, implantadas após a prática do fogo” (1995, p.31).

2.2 - A terra enquanto reprodução de um modo de vida

Além do acentuado relevo e o processo generalizado de empobrecimento dos solos, por erosão, desmatamentos, e dos problemas financeiros dos agricultores, advindos da exclusão de políticas agrícolas e agrárias, a agricultura familiar da região se caracteriza por uma **lógica específica**, que confere aos agricultores um modo particular de pensar a sua existência e construir as suas representações sobre o mundo que o cerca e sobre as dificuldades encontradas em seu contexto.

Essa lógica se faz presente na relação que o agricultor estabelece com a terra, onde esta assume os mais diversos significados, contudo, é concebida, por todos, como fonte geradora da vida, como pode-se verificar através dos depoimentos dos agricultores a respeito do significado da terra

A terra é vida. Tudo está em torno da terra, a galinha, o porco, a planta, o leite.[...] a gente tem tudo aqui (**entrevista nº 2 - agricultor familiar**).

É muito importante, porque a gente planta e colhe para a vida. Sem a terra não poderemos viver. É pras crianças brincar. Sem pisar nela, as crianças não tem saúde. E a gente precisa trabalhar na terra para ter saúde (**entrevista nº 8 - agricultora familiar**).

A terra é o tudo, significa pra mim, a vida [...] É a mãe, dá alimento, dá a vida (**entrevista nº 17 - agricultor familiar**).

Quem tem terra tem tudo na vida, porque a gente trabalha, planta, tem tudo o que quer (**entrevista nº 24 - agricultor familiar**).

É uma coisa boa. Quanta coisa se tira da terra: planta, madeira... Sem a terra ninguém vive né ? (**entrevista nº 6 - agricultor familiar**).

A terra é uma bênção de Deus, é tudo o que e sustenta o povo. Sem terra não tem gente (**entrevista nº 1 - agricultor familiar**).

A posse da terra é percebida como “provisória”, visto que é um bem que não se acaba, ao contrário das outras coisas. “O homem trabalha a vida toda e deixa para os filhos. O terreno não acaba, não é como a casa e o carro” (**entrevista nº 18 - agricultor familiar**).

A concepção de que a terra é uma “bênção de Deus”, relatado pela maioria dos entrevistados, é baseada, também, na religiosidade fortemente presente na vida dos agricultores¹⁶ e expressada por um catolicismo tradicional “centralizado no culto aos santos” (QUEIROZ, 1976, p. 57), na presença às missas (mensais) e aos cultos na capela, nas rezas aos padroeiros das famílias (Santo Antônio, Nossa Senhora da Luz, São Pedro, dentre outros), e, principalmente, na Festa do Divino, ocorrida anualmente na comunidade, sendo a organização de responsabilidade de uma das famílias, por herança dos pais, que, por sua vez, também herdaram dos antepassados que tinham obtido uma “graça” do Divino Espírito Santo. “Não saímos daqui por causa da Igreja do Divino que construímos para continuar a tradição do pai do meu marido” (**entrevista n° 20 - agricultora familiar**).

As características dos agricultores familiares da região estão baseadas, também, em uma identidade sócio-cultural e econômica específica. “Identidade ao mesmo tempo resultado e plasmadora de um modo de vida particular, que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida” (GEHLEN, 1998, p.2). Essas características identificam-se através das práticas religiosas, na organização do trabalho e no sistema de produção, que se orienta, principalmente, pela lógica de subsistência familiar.

Os depoimentos dos agricultores da comunidade mostram que 58,57% acreditam que, frente à atual condição da agricultura no país, é mais importante produzir para a família do que para o mercado, embora, em outros momentos históricos, já tenham produzido, como se viu no início deste capítulo.

Produzimos para a família, porque sabe que o que está comendo é natural e sem veneno (**entrevista n° 19 - agricultor familiar**).

Produzo só para a família, faz dois anos que não vendo porque não tem preço (**entrevista n° 17 - agricultor familiar**).

É mais importante produzir para a família, pro consumo, porque não compensa vender (**entrevista n° 9 - agricultor familiar**).

Outros (32,14%), alegam que se pudessem conciliar o atendimento das necessidades de consumo da família com a produção de

¹⁶ Ver: RODRIGUES, Marilúcia. **A religiosidade Católica de Itaiacoca, como expressão da cultura popular**. Monografia do Cursos de Serviço Social. Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Ponta Grossa,. Ponta Grossa, 1998.

alguns itens para a comercialização seria ideal, pois, com a renda das vendas, poderiam adquirir outros produtos que não possuem na unidade agrícola .

Se pudesse, tinha que ter para a família e para vender, porque a gente que sempre trabalha aqui, tem que ter pro gasto e pra vender e comprar coisas que não tem. Esse sempre foi o manejo daqui **(entrevista nº 15 - agricultor familiar)**.

Tem que produzir para os dois, porque tem que vender um pouco pra comprar o que falta **(entrevista nº 18 - agricultor familiar)**.

Se pudesse produzia também para o mercado, porque daí tinha mais renda para comprar o que precisava **(entrevista nº 3 - agricultor familiar)**.

Conforme aponta CHAYANOV (1974), há uma diferença entre a racionalidade capitalista urbano-industrial e a racionalidade desses agricultores: a primeira “não limita a expansão da racionalidade visando, prioritariamente, o lucro - que se transforma em um objetivo em si mesmo - enquanto a segunda opera segundo uma lógica onde a racionalidade econômica - o lucro - está subordinado aos interesses de realização do agricultor nas suas várias dimensões, incluindo a reprodução de um patrimônio sociocultural familiar” (BRANDENBURG, 1997, p. 52).

Para que isso se torne possível dentro de um contexto maior, que em certos aspectos já é determinado,

para enfrentar o presente e preparar o futuro, o agricultor [...] recorre ao passado, que lhe permite construir um saber tradicional, transmissível aos filhos e justificar as decisões referentes à alocação dos recursos, especialmente do trabalho familiar, bem como a maneira como deverá definir no tempo, o consumo da família. O campesinato tem, pois, uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local. (WANDERLEY, 1996, p.7)

Portanto, deve-se levar em conta a complexidade das condições físico-ambientais, políticas, econômicas e culturais que influenciam na reprodução dos pequenos agricultores familiares, contemplando as diversas dimensões (biológica, material, sócio-cultural) em que se apóia a reprodução geral dos agricultores da região.

Na pesquisa de campo com os agricultores familiares da referida região, buscou-se resgatar um pouco dessa herança sócio-cul-

tural que informa muitas das ações dos agricultores, formando um certo “habitus”, compreendido como “sistemas de disposições duráveis, estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e representações” (BOURDIEU, 1972, p.61) ou seja, trata-se de um aprendizado passado, interiorizado pelo sujeito através de valores e normas de conduta, que orientam a ação dentro dos limites apresentados no seu contexto histórico.

Nesse sentido, procurou-se identificar a origem dos cônjuges das famílias entrevistadas, onde constatou-se que 82% dos agricultores são descendentes dos primeiros colonizadores da região. Alguns desses, desenvolveram uma agricultura nômade, em busca de terras mais produtivas, migrando de comunidade em comunidade, dentro do próprio distrito.

Uma das dimensões mais importantes das lutas dos camponeses brasileiros está centrada no esforço para constituir um ‘território’ familiar, um lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores. Paradoxalmente, a perseguição deste objetivo supõe, muito freqüentemente, a extrema mobilidade do agricultor, que se submete a longos, constantes e sucessivos deslocamento espaciais (WANDERLEY, 1996, p.21).

Como a mobilidade espacial é uma das principais estratégias de reprodução do agricultor, este migra para novas regiões, onde possa ter acesso à terra e a uma melhor qualidade de vida.

Cerca de 18% das migrações, foram de pessoas que buscaram na zona rural, uma melhoria da qualidade de vida e uma alternativa à exclusão dos centros urbanos nas últimas décadas. Exclusão esta, que demonstra um esgotamento do modelo de desenvolvimento econômico que o país adotou, em resolver as contradições estruturais e sociais que gerou na sociedade, como o desemprego, as precárias condições de moradia e saúde, dentre outros problemas visíveis no cenário nacional.

Dos agricultores da comunidade de Roça Velha no distrito de Itaiococa, aproximadamente 25% nasceram em comunidades vizinhas e migraram para a comunidade, porque se casaram com alguém do local (30,43%), ou para ficar perto dos parentes (17,39%).

Os motivos elencados pelos moradores que migraram para

Roça Velha, estão, na maior parte dos casos, relacionados às relações de parentesco, como as práticas matrimoniais, além da alternativa de que as migrações representam para um retorno de membros da família, em épocas difíceis, para junto dos seus parentes.

Esse movimento se evidencia na localização das casas, onde é comum duas famílias de gerações diferentes ocuparem um mesmo terreno, ou parte deste ser cedido para um parente que vem da cidade ou de outras comunidades, até que este possa adquirir seu próprio terreno.

Em relação à divisão das terras entre pais e filhos, encontrou-se duas situações diferentes no bairro: uma em que os filhos, ao se casarem e constituírem uma nova família, continuam trabalhando no terreno dos pais, em conjunto com estes; e, em outra situação, onde mesmo ocupando o mesmo terreno dos pais, inclusive tendo a localização das casas próximas às dos pais, fazem uso de áreas diferentes para a lavoura, no entanto permanecendo em conjunto a criação de animais.

Esse comportamento (nas duas situações), pode ser entendido como uma estratégia para evitar o parcelamento das terras e, conseqüentemente, a inviabilidade de se manter um equilíbrio das práticas agrícolas tradicionalmente utilizadas, onde se exige áreas de pousio para a recuperação do solo, após o plantio “no toco”, utilizado, pela maioria dos agricultores.

Verifica-se no decorrer da história da agricultura no Brasil, que a grande propriedade se impôs como modelo dominante e socialmente reconhecido. Foi a ela destinada a maior parte das políticas públicas agrícolas e agrárias, o que possibilitou seu desenvolvimento e modernização, em prejuízo da pequena propriedade, que **restringiu-se**, em vários momentos, à produção de subsistência.

A esse respeito, parece claro que a referência a uma ‘agricultura de subsistência’, tão freqüentemente na literatura especializada, pode esconder os propósitos mais profundos dos agricultores. Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, a simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento, nessa dupla face da atividade produtiva, gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de

base para o enfrentamento - vitorioso ou não - da precariedade e da instabilidade acima analisadas. É esse saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e a de subsistência, efetuada sobre a base de uma divisão do trabalho interno da família (GARCIA JR. apud WANDERLEY, 1996, p.20).

Para LAMARCHE (1993), dependendo dos objetivos que os agricultores propõem para suas famílias e conforme os contextos sócio-econômicos em que vivem, pode-se distinguir a agricultura camponesa da agricultura subsistência. Mas, "Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há, nesse modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar." (LAMARCHE apud WANDERLEY, 1996, p.9). Na comunidade estudada, esse desejo se faz presente na fala dos agricultores. Quando questionados se comprariam mais terra na região, 60,71% disseram que sim, pois, mesmo frente a todas as dificuldades já abordadas, ainda possuem esperança de encontrar novas alternativas para enfrentá-las e melhorar a produção, que, atualmente, é quase só de subsistência:

Se pudesse comprava mais terra e se equipava melhor para trabalhar com a agricultura. **(entrevista nº 7 - agricultor familiar).**

Comprava mais, porque, para criar gado e ovelha, exige bastante terra **(entrevista nº 8 - agricultor familiar).**

Nós temos que nos organizar para dar saída ao nosso produto e isso não será difícil desde que a gente tenha um apoio **(entrevista nº 26 - agricultor familiar).**

Poderia aumentar a criação se a área fosse maior **(entrevista nº 8 - agricultor familiar).**

Se os filhos se interessarem em voltar para cá a idéia é de comprar mais terra e mecanizar.[...] Tem que começar novas coisas, lidar com porco e vender para a SADIA, lidar com o plantio direto **(entrevista nº 15 - agricultor familiar).**

Nesse sentido, podemos considerar que a agricultura familiar é uma agricultura de subsistência num sentido mais amplo, pois "ela se expressa pela capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, em dois níveis complementares: a subsistência imediata, isto é, o atendimento às necessidades do grupo doméstico, e a reprodução da família pelas gerações subsequentes" (WANDERLEY, 1996, p.4).

Para atingir tais objetivos é que muitos agricultores, desde o

início da história do país, utilizaram-se das mais diversas estratégias para se reproduzirem socialmente e assegurar a *sobrevivência momentânea* da família, mas também, o patrimônio para as *futuras gerações*, pois “o projeto para o futuro, pelo qual as gerações atuais se comprometem com as gerações que as sucedem, pôde ser assegurado, graças às possibilidades de mobilidade espacial abertas pela prática da agricultura itinerante e, sobretudo, pelo sistema de posse precária da terra. De uma certa forma, o patrimônio transmitido era **o próprio modo de vida**. [sem grifo no original]” (WANDERLEY, 1996, p.17).

Além das migrações, outras estratégias como a troca de dias de serviço entre vizinhos e parentes, o trabalho assalariado temporário ou permanente, buscam a garantia desse **projeto de vida** que, estabelece uma relação diferente do agricultor com a terra daquela estabelecida pelo capitalista, que visa sua exploração (muitas vezes, de uma forma destruidora) apenas com a finalidade de obter lucro.

“Muito mais que isso, a relação do camponês com a terra põe em causa, também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas as dimensões sociais e culturais que se criam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar” (IANNI, 1986, p.182).

E é por isso que o autor enfatiza que, as lutas travadas pelos agricultores no decorrer da sua história de vida e as estratégias para manter-se na terra “é sempre, ao mesmo tempo, uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de vida e trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta, como componentes de um modo de ser e viver”. (IANNI, 1986, p.182)

A singularidade desse modo de vida que buscam reproduzir, se faz presente tanto na organização do trabalho familiar, nas relações de auto ajuda que estabelecem com vizinhos e parentes, na concepção da terra enquanto fonte de vida, nas expressões religiosas e culturais e, principalmente, na *autonomia* que possuem tanto no planejamento como na gestão do seu trabalho. Assim, “junto com o desenvolvimento da atividade agrícola, os agricultores se identificam com o ritmo da natureza na organização do trabalho, experimentam os sentimentos subjetivos de apego à terra, e de liberdade e autonomia”. (BRANDENBURG, 1997, p. 53)

A gente se sente bem aqui, porque se sente à vontade . Não é que nem o empregado que tem horário pra tudo. A gente faz aquilo que pode também, né ? E o empregado não, é obrigado a fazer aquilo e às vezes não dá nada. Tá trabalhando mais para o patrão do que pra si. E aqui o que se faz é da gente', não dá muito, mas o que a gente tem a gente aproveita (**entrevista nº 13 - agricultor familiar**).

Ser agricultor é ser privilegiado. É ter o dom de fazer nascer as coisas. É ser feliz, se realizar na atividade (**entrevista nº 6 - agricultora familiar**).

Parei um mês na cidade e trabalhava num lugar fechado. Não gostei e vim embora (**entrevista nº 3 - agricultor familiar**).

Não gosto da vida na cidade porque é muito agitada, não se tem liberdade, não dá pra ficar à vontade (**entrevista nº 20 - agricultora familiar**).

Por isso, os estudos sobre a agricultura familiar, nos mais diversos contextos sócio-econômicos, “mesmo nas sociedades modernas, identificaram uma certa especificidade, **uma racionalidade distinta da racionalidade capitalista**, na medida em que produzem visando atingir as necessidades da família, de construir um patrimônio familiar e não com interesse de acumular capital [sem grifo no original].” (BRANDENBURG, 1997, p. 53).

Nesse sentido, a agricultura familiar, no seu modo peculiar de vida, propicia uma relação mais íntima com a natureza, com a comunidade local, resgatando valores, há muito tempo perdidos pelos homens.

3 - Considerações finais

A urbanização do meio rural parece desencadear um processo de destruição do mundo tradicional, das lógicas específicas que norteiam a prática social dos agricultores, e, também, de suas representações.

De fato, a dimensão desse fenômeno e suas consequências sócio econômicas e culturais, no contexto da maioria das comunidades rurais do país, não devem ser diminuídas se, o objetivo é encon-

trar alternativas de desenvolvimento para esse segmento de agricultores.

A importância da reflexão sobre a viabilização da agricultura familiar se coloca como premente, neste final de século diante do quadro generalizado de exclusão social urbana. A partir do momento em que se apresenta como alternativa para absorção de um grande contingente de “mão-de-obra não qualificada” para atividades urbanas, numa realidade onde o desemprego, a qualidade de vida, os níveis de segurança alimentar, saúde e educação parecem se configurar como uma regra geral para uma parte significativa da população brasileira.

Como diz CARNEIRO, “as transformações na comunidade rural provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais,...) não resultam, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural”. (1997, p.155)

Num contexto de mudanças dos agricultores familiares e do mundo rural em geral, não se deve supor que a singularidade destes esteja em dissolução.

Esse processo, embora venha causando inúmeras mudanças no interior das comunidades rurais, muitas delas desequilibrando a forma própria de pensar e agir do agricultor, e limitando, inclusive, as opções a serem colocadas à *escolha* dos atores sociais desse contexto, mesmo assim, não é um processo de descaracterização total dos núcleos rurais, “mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais” (CARNEIRO, 1997, p.157).

Buscar entender, com mais profundidade, esse movimento de trocas entre o rural e o urbano, a permanência e as transformações desse segmento de agricultores e compreender a interpretação que os agentes sociais fazem das mesmas, os significados de suas práticas sociais em todas as dimensões, que estas abrangem (objetiva, representações religiosidade, etc.) é fundamental para criar as condições de viabilização dessa agricultura que sempre foi tratada como secundária no país.

Um dos fatos que despertou, inicialmente, para a necessidade de estudar o distrito rural de Itaiacoca, foi o recorrente fracasso das políticas de extensão levadas por diversos órgãos a essas comunidades. Uma das questões que se tinha preliminarmente é que esses ór-

gãos não estavam conseguindo entender, justamente, essa permanência e essas transformações e a singularidade desse segmento social. De fato, parece que o não entendimento desses órgãos, tem a ver com **uma rejeição de determinadas formas de viver e de fazer agricultura**, que são por eles implicitamente consideradas como arcaicas, inferiores. Portanto, devem ser eliminadas através de uma integração no mercado e uma “modernização” dos estabelecimentos agrícolas.

Frente a esse descompasso entre os objetivos dos técnicos e agentes de “desenvolvimento” rural, representantes dos programas governamentais, e as finalidades dos agricultores familiares da região, questiona-se se não seria o caso de pensar em uma outra agricultura que venha atender e priorizar os reais interesses dos sujeitos que deveriam ser os *alvos* destas políticas. Nesse sentido, concorda-se com FERREIRA et al (1998) que, ao analisar assentamentos rurais e as políticas de reforma agrária no Brasil, coloca que as políticas destinadas a essa área, devem ser entendidas,

como forma de **desenvolvimento de uma outra agricultura** cuja dinâmica e objetivos internalizem a modernização social de que o país necessita mas que seja reconhecida como **atividade econômica** no sentido mais concreto de seu entendimento: como criadora de um **espaço de produção**, de um **espaço de trabalho** e como meio de geração de renda. Uma outra agricultura que, se bem que inserida no mercado capitalista, possa ter como pressuposta uma forma de validação que não seja apenas pelo nível de integração neste mercado mas seja dada pela capacidade de gerar redes econômicas, sociais, culturais e políticas que integrem os milhares de excluídos do modelo de desenvolvimento hegemônico. (FERREIRA et al, 1998, p.6)

O compromisso ético assumido com os agricultores familiares da comunidade estudada foi de que os resultados das reflexões, aqui realizadas, seriam compartilhadas com órgãos de fomento de política públicas na região - Emater, Secretaria Municipal de Agricultura, - para que, de alguma forma, pudessem se fazer ouvir: “Nós dependemos muito de vocês ,porque temos que expor e se queixar daquilo que nós estamos passando. O nosso movimento pra nós ampliar a lavoura (...) ainda bem que temos alguém que está nos espiculando. Vocês é que vão levar esse recado nosso não é?” (**entrevista n° 26 - agricultor familiar**)..

Espera-se que, de alguma forma, este trabalho possa contribuir com esse anseio que não é individual, mas, que reflete a esperança de grande parte de agricultores familiares na região: ser entendido em **sua forma particular de viver, de pensar e de interpretar o mundo que o cerca**; e ser incluído na agenda das políticas públicas, não apenas como “objeto de intervenção”, mas como sujeito atuante em todo o processo de planejamento e priorização das necessidades mais prementes, como na gestão do seu próprio desenvolvimento.

ABSTRACT

Family-household agriculture in Brazil is a sector which, since the colonization of the territory, when large farming estates and export monoculture were given priority, has been facing hindrances, historically built, to its sustainability. Credit and incentive policies, as well as the policy of modernisation in Brazilian agriculture, have also excluded this segment from the ‘technological advances’ that would make possible its development. Consequently, in many regions family-household agriculture has confined itself to subsistence production. Amidst this context of exclusion, aggravated by the agricultural modernisation process in Brazil from the 1970’s onwards, there occurs a significant decrease in the number of small farming units, which could not compete with the mechanised and specialised production from the large modernised farms. Also, a significant decline in the economically active population takes place, given the dismissal of labour force brought about by agricultural mechanisation in the country. The analyses concerning small-scale production in Brazil (and not only in this country) since the capitalistic transformations in the rural area, and supported by categories of analyses of an urban-industrial rationality, postulated the demise of this segment of farmers in Brazil. However, even with the *blockages* which, historically, have hindered the sustainability of small-scale farm families in Brazil, these continue to stand and are facing up to the obstacles by means of strategies that, despite being in a context pre-determined in certain aspects, allow for the sustainability and of the production unit. Thus, this study will seek to point out some discussions that rotate round “rationality” theme, in order that we can accomplish through them a first approach to one of the essential categories that will help the study object understanding that refers to the specific rationality of the familiar farmer of the rural district of Itaiacoca - Ponta Grossa City (PR), its strategies of reproduction of a peculiar way of life, in a context where several factors (environmental, socioeconomic, political and social) appear like blockades to this reproduction.

KEY WORDS

urban-industrial rationality, family-household, strategies of sustainability

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL "TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", 1., 1995, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRG, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDENBURG, Álfio. **ONGs e a agricultura familiar: a experiência da RURECO no desenvolvimento da agricultura familiar na região centro-oeste do Paraná**. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Unicamp.
- CARNEIRO, Maria J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: Sober, 1997.
- CHAYANOV, Alexandre. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- CHAMA, Guisela V. F. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: [s.n.], 1988.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **TRADIÇÃO E MODERNIDADE: imagem, tempo e movimentos**. 1997 (mimeo).
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 6 ed. São Paulo: Nacional, 1971.
- ELFES, Alberto. **Campos Gerais: estudo da colonização**. INCRA: Curitiba, 1973.
- FERREIRA, Angela D. D., ZANONI, Magda. Outra agricultura e a reconstrução da ruralidade. In: FERREIRA, Angela D. D.(org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- GEHLEN, Ivaldo. "Agricultura familiar de subsistência-comercial: Identidade cabocla e inclusão social." In: Angela D. D.(org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- GUERRA, Iolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. **Ciencia y tecnica como Ideologia**. Madrid: Tecnas, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. **Passado como Futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.
- IANNI, Octávio. A crise de paradigmas na Sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 13, p.90-101, jun.1990.
- IANNI, Octávio. **A utopia camponesa**. São Paulo: Cortez, 1986.
- IAPAR/EMATER **Tipificação de sistemas de produção predominante** - Itaiacoca, Ponta Grossa - PR. Ponta Grossa, 1995.

- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LAMARCHE, Hugues (coord). **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. 2 ed. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Apartado 8, Publicação Europa América, 1994.
- QUEIROZ, Maria Isaura. **Bairros rurais paulistas: dinâmicas das relações bairro rural - cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- RAYNAUT, Claude. A desenvolvimento e as lógicas de mudança: A necessidade de uma abordagem holística. **Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, 1994.
- RODRIGUES, Marilúcia. **A religiosidade Católica de Itaiacoca, como expressão da cultura popular**. Ponta Grossa, 1998. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Departamento de Serviço Social. **Programa de desenvolvimento global da região sul de Itaiacoca**. 1995. Projeto de Extensão.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Departamento de Serviço Social e Agronomia, **Diagnóstico sócio-econômico da região sul de Itaiacoca - 1996/97**. 1998. Não publicado.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WANDERLEY, Maria N. **A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil**. 1996. (mimeo)
- WANDERLEY, Maria N. O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: Sober, 1997.